



**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**Gabinete Civil da Governadoria**

**DECRETO Nº 4.524, DE 21 DE AGOSTO DE 1995.**

- [Denominado Fundo Estadual de Desenvolvimento do Esporte Goiano - FUNDESGO - pelo art. 64 da Lei nº 12.820, de 27-12-1995.](#)

Aprova o Regulamento do Fundo Estadual de Esporte e dá outras providências.

- [Fundo extinto pela Lei nº 14.383, de 31-12-2002.](#)

O **GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos do inciso I do art. 16 da [Lei nº 12.603](#), de 7 de abril de 1995, e tendo em vista que consta do Processo nº 11980710,

Art. 1º Fica aprovado o anexo Regulamento do Fundo Estadual de Esportes - FEE.

Art. 2º É criado, na Secretaria de Esportes e Lazer o encargo gratificado de Tesoureiro do Fundo Estadual de Esporte - GEC-1.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, 21 de agosto de 1995, 107ª da República.

**LUIZ ALBERTO MAGUITO VILELA**

Ricardo Yano

(D.O. de 25-08-1995)

**REGULAMENTO DO FUNDO ESTADUAL DE ESPORTES - FEE**

**CAPÍTULO I**

Art. 1º O Fundo Estadual de Esportes, doravante denominado FEE, ou simplesmente Fundo, criado pelo inciso I do art. 16 da [Lei nº 12.603](#), de 7 de abril de 1995, constitui instrumento legal de gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados a programas, projetos e atividades relacionados com a Secretaria de Esportes e Lazer.

§ 1º O FEE, que tem natureza especial, é subordinado e gerido pela Secretaria de Esportes e Lazer.

§ 2º A movimentação dos recursos do FEE será objeto de escrituração própria.

§ 3º A gestão administrativa, orçamentária, financeira e contábil do FEE se regerá pelas disposições legais pertinentes e por este regulamento.

**CAPÍTULO II**

**DOS OBJETIVOS DO FUNDO**

Art. 2º O FEE tem por objetivo materializar as condições administrativas e gerenciais indispensáveis para recebimento, aplicação e controle dos recursos orçamentários e financeiros destinados ao desenvolvimento de ações voltadas ao desporto e lazer, compreendendo, principalmente:

I - a realização de estudos e levantamentos técnicos;

II - a elaboração e execução de projetos executivos;

III - a aquisição de materiais, equipamentos e máquinas;

IV - o controle tecnológico-gerencial de projetos e obras;

V - a melhoria e preparação dos recursos humanos utilizados no funcionamento da Secretaria.

## **CAPITULO III**

### **DAS ATRIBUIÇÕES**

#### **SEÇÃO I**

#### **DO SECRETARIO DE ESPORTES E LAZER**

**Art. 3º** Ao Secretário de Esportes e Lazer incumbe:

I - gerir o Fundo, elaborar a proposta de seu orçamento anual e baixar os planos de aplicação dos seus recursos, a luz da legislação em vigor e das diretrizes emanadas da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional e do Tribunal de contas do Estado de Goiás;

II - designar o Tesoureiro do Fundo;

III - firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos quando for o caso, juntamente com o Procurador Geral do Estado referentes a recursos que serão movimentados pelo FEE.

IV - submeter mensalmente à Secretaria da Fazenda resumos das demonstrações de origens e aplicações de recursos, abrangendo receitas, despesas e disponibilidades financeiras do Fundo.

V - prestar conta aos organismos repassadores e ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) dos recursos recebidos e despendidos a conta de contratos e convênios de cooperação com rigorosa observância das normas e dos prazos especificados em cada caso;

VI - decidir depois de previamente autorizado pelo Chefe do Poder Executivo, sobre a compra de bens e também sobre contratação de obras e/ou serviços à conta do Fundo, homologando os procedimentos licitatórios respectivos;

VII - examinar, julgar e aprovar mensalmente as contas que lhe sejam apresentadas, referentes a programas de trabalho executados ou em execução, com avaliação dos resultados obtidos;

VIII - ordenar despesas vinculadas ao Fundo, inclusive sob a forma de adiantamentos, assinando portarias, notas de empenho e ordens de pagamento, com observância do orçamento e plano de aplicação aprovado e das normas baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

IX - submeter ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás os processos que contenham contratos e convênios, assim como os que se refiram à realização pelo Fundo de receitas e despesas de qualquer natureza, inclusive os balancetes mensais e balanços anuais;

X - movimentar contas bancárias, junto ao Banco do Estado de Goiás S/A ou Banco do Brasil S/A, quando for o caso, assinando conjuntamente com o Tesoureiro do Fundo;

XI - delegar atribuições e competências ao Tesoureiro do Fundo;

XII - exercer outras atividades correlatas ou que lhe sejam determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

#### **SEÇÃO II**

#### **DO TESOUREIRO DO FUNDO**

**Art. 4º** A função de tesoureiro do FEE será ocupada por servidor públicos estadual, lotado na Secretaria de Esportes e Lazer, designado por ato do seu titular.

- [Vide Decreto nº 5.214, de 12-4-2000.](#)

**Art. 5º** Ao Tesoureiro do FEE incumbe:

- [Vide Decreto nº 5.214, de 12-4-2000.](#)

I - cumprir e fazer cumprir a legislação que ampara o funcionamento do Fundo, inclusive o presente Regulamento, auxiliando o Secretário de Esportes e Lazer na gestão integral dos recursos orçamentários e financeiros a ele vinculados;

II - auxiliar e elaboração, executar e controlar a execução do orçamento anual e planos de aplicação de recursos do Fundo.

III - executar os serviços de tesouraria e contabilidade do Fundo.

IV - preparar relatórios de acompanhamento orçamentário e financeiro balancetes mensais, balanços anuais e demonstrações de origens e aplicações de recursos do Fundo;

V - preparar as prestações de contas de recursos financeiros oriundos de contratos e convênios de cooperação.

VI - orientar e controlar o uso e a prestação de contas de recursos de adiantamentos feitos a conta do Fundo;

VII - manter os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;

VIII - movimentar as contas bancárias do Fundo, assinando conjuntamente com o Secretário de Esportes e Lazer;

IX - outras atividades correlatas ou que lhe sejam determinadas pelo Secretário de Esportes e Lazer.

## **CAPÍTULO IV**

## DAS RECEITAS E DESPESAS

### SEÇÃO I

#### DAS RECEITAS

Art. 6º Constituem receitas do Fundo Estadual de Esportes e Lazer - FEE:

I - dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado, inclusive créditos especiais e suplementares legalmente autorizados;

II - transferências provenientes da União, de outros Estados e de Municípios;

III - recursos advindos de convênios;

IV - contribuições, donativos e legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, nacionais ou internacionais;

V - arrecadações das atividades próprias da Secretaria;

VI - juros e rendimentos dos seus depósitos;

VII - ressarcimento, pelo Tesouro Estadual, de despesas realizadas à conta de obtenções dos orçamentos de outros órgãos;

VIII - outras receitas não previstas.

Parágrafo único. As receitas do Fundo serão obrigatoriamente depositadas em contas bancárias específicas, uma para cada origem distinta de recursos.

### SEÇÃO III

#### DAS DESPESAS

Art. 7º Constituem despesas passíveis de cobertura com recursos da FEE, depois de autorizadas pelo Secretário de Esporte e Lazer:

I - contratação de serviços de terceiros, inclusive de consultoria especializada para a realização de estudos e levantamentos técnicos, elaboração de projetos e gerenciamento de projetos e obras;

II - aquisição de equipamentos, materiais permanentes e materiais de consumo necessários ao desenvolvimento dos programas, projetos e atividades da Secretaria;

III - capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos;

IV - outras despesas correlatas.

Art. 8º É vedada a utilização de recursos do Fundo para pagamento de pessoal, ressalvadas as diárias e ajudas de custo, casos em que tais despesas deverão constar do orçamento e plano de aplicação do Fundo.

Art. 9º As despesas realizadas à conta de convênios obedecerão rigorosamente aos planos de aplicação correspondentes, respondendo o Ordenador de Despesas pelas consequências de eventual inobservância ou negligência deste dispositivo.

## CAPÍTULO V

### DAS REALIZAÇÕES DE DESPESAS

#### SEÇÃO I

##### DAS COMPRAS, DAS OBRAS E DOS SERVIÇOS

Art. 10. A realização de compras e a contratação de obras e serviços com recursos do Fundo obedecerão à legislação que regula as licitações públicas.

§ 1º Os procedimentos licitatórios para a contratação de obras de interesse da Secretaria de Esportes e Lazer serão implementados por Comissão Especial da Empresa Estadual de Obras Públicas - EMOP.

§ 2º As compras de bens e a contratação de serviços de terceiros serão implementadas por Comissão Especial de Licitação ser constituída mediante ato do Secretário de Esportes e Lazer.

§ 3º As especificações e normas técnicas reguladoras da realização de compras e contratação de obras e serviços a serem licitadas serão de responsabilidade da Secretaria de Esportes e Lazer.

**SEÇÃO II**  
**DA CONTRATAÇÃO E DO PAGAMENTO**

Art. 11. Os contratos de empreitadas de obras serão formalizados pela Empresa Estadual de Obras Públicas - EMOP e conterão cláusula específica que remeterá a responsabilidade de pagamento para o FEE.

§ 1º Os contratos de que trata o "caput" deste artigo sendo firmados pelo Secretário de Esportes e Lazer e pelo Procurador Geral do Estado.

§ 2º Os contratos relativos a compra de bens e a contratação de serviços de terceiros serão firmados pelo Secretário de Esportes e Lazer.

**CAPÍTULO VI**  
**DOS ATIVOS E PASSIVOS DO FUNDO**

**SEÇÃO I**  
**DOS ATIVOS**

Art. 12. Constituem ativos do Fundo Estadual da Secretaria de Esportes e Lazer:

I - as disponibilidades monetárias depositadas em bancos, inclusive saldos de adiantamentos feitos à conta do Fundo:

II - outros direitos que vierem a se constituir.

**SEÇÃO II**  
**DOS PASSIVOS**

Art. 13. Constituem passivos do FEE as obrigações de qualquer natureza que o Fundo tenha assumido com terceiros para a manutenção da Secretaria de Esportes e Lazer.

**CAPÍTULO VII**  
**DOS ORÇAMENTOS E PLANOS DE APLICAÇÃO**

**SEÇÃO I**

Art. 14. Os orçamentos do FEE evidenciarão as políticas e os programas de trabalho governamentais inerentes à Secretaria de Esportes e Lazer, com observância do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos princípios de universalidade, anualidade e unidade.

Parágrafo único. Os orçamentos observarão na sua elaboração e execução os ditames da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e demais normas e padrões adotados pelo Estado.

**SEÇÃO II**  
**DOS PLANOS DE APLICAÇÃO**

Art. 15. Os planos de aplicação de recursos do Fundo serão elaborados com base na lei orçamentária vigente, guardando perfeita sintonia com os cronogramas de desembolso financeiro da Secretaria da Fazenda e de outros organismos repassadores de recursos.

Art. 16. Os planos de aplicação detalharão as previsões de receitas e despesas do Fundo, de acordo com a lei federal reitora da matéria e compreenderão:

I - a descrição dos objetivos e das metas a alcançar;

II - a demonstração da origem e aplicação dos recursos, ao nível de programas, subprogramas, projetos, atividades, natureza das despesas e fontes de recursos.

Art. 17. Os rendimentos auferidos das aplicações do Fundo no mercado financeiro serão obrigatoriamente revertidos ao caixa do FEE.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 18. Os saldos financeiros positivos, apurados em balanços anuais, serão transferidos para o exercício seguinte a crédito do próprio FEE.

Parágrafo único. Quando da extinção do FEE, os saldos de que trata o "caput" deste artigo, assim como outros direitos e obrigações serão automaticamente transferidos para o Tesouro Estadual.

Art. 19. O controle orçamentário e financeiro do Fundo será exercido pelos órgãos de controle interno do Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no que se refere à apreciação de balancetes mensais, balanços anuais e prestações de contas.

Art. 20. O Secretário de Esportes e Lazer baixará as normas complementares que julgar necessárias ao bom desempenho do FEE.

**(D.O. de 25-08-1995)**

***Este texto não substitui o publicado no D.O. de 25-08-1995.***

Autor	Governador do Estado de Goiás
Legislações Relacionadas	Lei Ordinária Nº 12.820 / 1995 Lei Ordinária Nº 14.383 / 2002 Lei Ordinária Nº 12.603 / 1995 Decreto Numerado Nº 5.214 / 2000
Órgãos Relacionados	Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA Conselho Estadual de Esporte e Lazer Fundo Especial de Esporte e Lazer Governadoria Poder Executivo Procuradoria-Geral do Estado - PGE Secretaria de Estado da Economia - ECONOMIA Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - SEEL Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE
Categorias	Esportes Regulamentos e estatutos